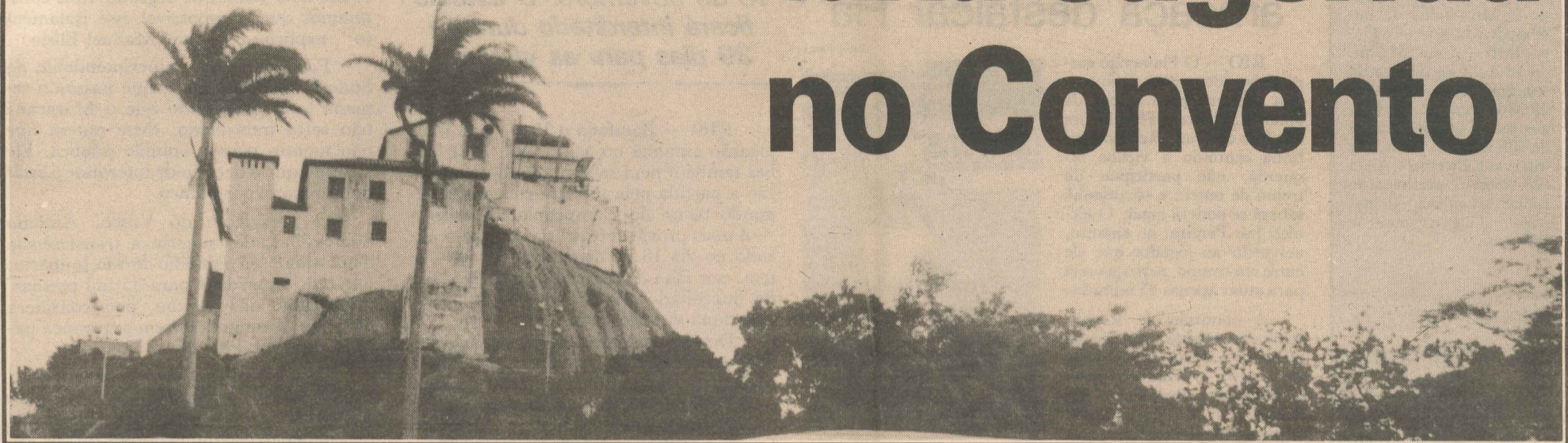


Cobrança de taxa sugerida no Convento



Proposta vai ser enviada aos freis semana que vem

A proposta de cobrança de taxa aos visitantes do Convento da Penha, que será sugerida pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) na próxima semana aos freis franciscanos, proprietários do local, visa dar continuidade aos trabalhos de restauração e preservação do Convento.

Essa foi a explicação dada pelo presidente do CEC, Sebastião Ribeiro Filho e por Suzana Villaça, autora do projeto aprovado dia 9 deste mês. Villaça acredita que o governo do Estado não tem que arcar sozinho com a manutenção do local. "Afinal, o governo é a gente", disse.

"Não pretendo brigar com os religiosos, mas apenas preservar um patrimônio cultural, já que os proprietários do local não fazem isso", informou Villaça. Segundo ela, a Igreja cobra para

tudo, inclusive para fazer enterros.

"Então, por que não cobrar uma taxa, mesmo que pequena, para visitar o Convento? Isto poderá ser feito através de estacionamento pago, por exemplo. Não podemos esquecer que o Convento é patrimônio histórico e artístico, além de religioso".

HISTÓRIA

A história do Convento teve início em 1558, quando o frei Pedro Palácios, seguidor de São Francisco de Assis, chegou ao Espírito Santo trazendo de Portugal um quadro de Nossa Senhora da Penha.

A lenda conta que o quadro desapareceu e foi encontrado mais tarde pelo frei no alto do morro, entre duas palmeiras e sobre uma rocha. No lugar foi erguida uma capelinha com a imagem de São Francisco de Assis.

Em seguida foi construída, entre as palmeiras, uma ermita (pequena igreja-jinha). Isto porque o quadro havia desaparecido novamente, reaparecendo entre as tais palmeiras.

Frei Pedro Palácios achou que esse era o desejo de Nossa Senhora da Penha. Assim, entre os anos de 1566 e 1570, construiu a Ermita das Palmeiras com o quadro exposto.

Em 1639, o então guardião frei Paulo de Santo Antônio transformou a ermita em altar-mor e começou a edificar o Convento. Foi ampliada a pequena sacristia, delineando sua forma atual.

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tombou o Convento em 1937, classificando-o como Patrimônio Nacional. Em 1945, ele sofreu sua primeira recuperação através do arquiteto André Carloni.

As últimas reformas foram em 1980 (piso), em 1984 (troca do assoalho) e agora este ano com a substituição de todo o telhado, recomposição do reboco e pintura interna e externa do imóvel.

Cleide Zanotti

O Conselho Estadual de Cultura (CEC) está sugerindo a cobrança de uma taxa aos visitantes do Convento da Penha, em Vila Velha, para a manutenção e preservação de toda a área do santuário.

Essa proposta, aprovada na reunião do dia 9 deste mês, é de autoria da conselheira Suzana Villaça e teve o apoio de quatro dos sete conselheiros presentes. No total o CEC possui 12 membros.

O projeto aprovado não define o valor e nem a forma de cobrança. Caso a Província Franciscana o aprove, a decisão caberá aos freis e ao grupo responsável pela restauração do Convento.

Os responsáveis são: Departamento Estadual de Cultura, Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Secretaria Nacional de Cultura.

Suzana Villaça informou que a cobrança de taxas é feita em outras cidades brasileiras que possuem patrimônios históricos culturais como Ouro Preto, em Minas Gerais.

"Essa não é uma medida antipática e nem queremos que os fiéis paguem para ir à missa. A intenção é de que se crie, por exemplo, um estacionamento pago na área do Convento ou uma taxa voluntária para visitação", informou Villaça.

"O que não podemos permitir é que um patrimônio histórico e religioso, cartão postal do Espírito Santo, fique sujeito ao descaso", prosseguiu.

PODER

O presidente do CEC, Sebastião Ribeiro Filho, que se absteve de votar, disse que mesmo sendo um patrimônio histórico e artístico, o Convento é de propriedade dos franciscanos, que detêm o poder de adotar tal medida.

O valor arrecadado junto aos visitantes serviria para montar uma guarda que trabalharia na fiscalização e manutenção. O objetivo é impedir que seja jogado lixo na floresta e depredado o patrimônio.

O projeto prevê ainda a presença de um engenheiro florestal para visitar a mata do Convento devido às denúncias de que ela está sendo agredida com cortes indevi-

dos das árvores e cipós.

Suzana Villaça acredita que contar com a ajuda de grandes empresas capixabas como a Chocolates Garoto e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) não resolveria o problema. Isto porque os capixabas continuariam sem contribuir diretamente na preservação do local.

As duas únicas conselheiras que votaram contra a cobrança da taxa, Terezinha Dôra e Maria Verônica do Nascimento Gomes, acreditam em outras formas de conscientização dos visitantes, como campanhas educativas junto aos estudantes. Para elas, cobrar não resolve o problema.

Dôra citou o exemplo dos cinemas, que mesmo custando Cr\$ 200,00, costumam ser depredados pela população. "É comum ver cadeiras rasgadas e quebradas", disse.

O guardião do Convento, frei Sílvio Mascarenhas, não foi localizado ontem. A informação era de ele estava incomunicável durante toda a tarde e início da noite. O arcebispo de Vitória, dom Silvestre Scandian, informou que está com a agenda tomada durante toda a semana, não sendo possível receber a imprensa.

Antonio Moreira



Suzana Villaça é autora da proposta

Antonio Moreira



A taxa serviria para preservar o Convento